

Câmara aguarda Justiça sobre suspensão de novos servidores

Ministério Público de SP questiona custo financeiro e desequilíbrio no quadro de pessoal

Álvaro Jr./ Câmara Municipal de Campinas

Por Raquel Valli

A Câmara Municipal de Campinas (SP) vive clima de expectativa pela decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública sobre a suspensão de novos servidores.

A Justiça foi acionada este mês pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP), que questiona o custo financeiro e o desequilíbrio no quadro de pessoal por haver mais servidores indicados do que concursados - o que fere princípios constitucionais da administração pública. O Legislativo aguarda o posicionamento oficial do Judiciário antes de se manifestar. O promotor Angelo Santos de Carvalhaes afirmou que a nova legislação, aprovada em dezembro do ano passado pela Câmara, ignora o trânsito em julgado de decisões judiciais que limitaram o número de cargos à disposição dos vereadores.

A Promotoria também instaurou procedimento para apurar ato de improbidade administrativa da Casa.

A petição requer a exoneração imediata dos ocupantes de cargos que excedam o número de cinco por gabinete. O promotor declarou que eventual resistência caracterizará ato atentatório à dignidade da Justiça e má-fé.

O Ministério Público ainda sustenta que o limite de auxiliares por parlamentar tornou-se definitivo em março de 2024,



Promotor declarou que eventual resistência caracterizará ato atentatório à dignidade da Justiça

após o Supremo Tribunal Federal (STF) esgotar as possibilidades de recurso da Câmara.

Mais comissionados

Em dezembro de 2025, os vereadores optaram por reestruturar o quadro de pessoal com a criação de 105 postos de confiança, sendo 99 assessores para os 33 gabinetes (ou seja, mais três para cada parlamentar), cinco assessor

res de comissão e um subsecretário de apoio às comissões.

A proposta partiu da Mesa Diretora, e, com a nova configuração, os gastos previstos subirão gradualmente para R\$ 21,9 milhões em 2027 e R\$ 23 milhões em 2028. No primeiro ano de aplicação, esse custo representa 8,1% do orçamento total do Legislativo, que é de R\$ 256 milhões, dentro do orçamento mu-

nicipal de R\$ 11,7 bilhões para 2026. O salário fixado para cada novo assessor parlamentar é de R\$ 8.500, enquanto que para o de comissão, R\$ 10 mil. Já cargo de subsecretário possui vencimentos de R\$ 32,1 mil.

Justificativas

O parlamento contratou uma consultoria externa, a FIA (Fundação Instituto de Adminis-

tração) da USP, que aponta que Campinas tem menos servidores comissionados em comparação a outras cidades de porte similar. Enquanto Campinas possui a média de 5,24 servidores de confiança por 500 mil habitantes, São Bernardo do Campo registra 9,1 e Santo André, 8,29.

Em termos absolutos, Campinas tem cinco assessores por gabinete, enquanto São Bernardo do Campo tem dez. Argumenta ainda que a situação institucional e as demandas atuais da cidade são diferentes do cenário de 2024, o que justificaria a necessidade de expansão do corpo técnico além do limite fixado anteriormente pelo Judiciário. Segundo a Mesa Diretora da Casa, a ampliação de pessoal se manterá os custos dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Confusão

A aprovação da proposta por unanimidade causou polêmica porque as vereadoras Fernanda Souto e Mariana Conti, ambas do PSol-SP, pediram a alteração dos votos, afirmando serem contrárias. Pontuaram que o erro ocorreu devido a uma mudança na ordem dos itens da pauta no instante da votação. O caso foi enviado para a Promotoria de Justiça Criminal para a apuração e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).

Aviação investigada por contrabando de migrantes

Fernanda Sunega/Prefeitura de Campinas

A Polícia Federal está investigando um possível esquema de contrabando de migrantes e falsificação de documentos após a retenção de uma aeronave com 118 haitianos no Aeroporto Internacional de Viracopos na última quinta-feira (12).

O grupo, que chegou em um voo fretado partindo de Porto Príncipe (capital do Haiti), teve o desembarque impedido após agentes federais identificarem irregularidades nos vistos humanitários apresentados durante o controle migratório.

Segundo a corporação, a quase totalidade dos passageiros portava documentação falsa, o que resultou na aplicação da medida de inadmissão administrativa, conforme prevê a Lei de Migração. O procedimento nega o ingresso formal no Brasil, quando os requisitos legais não são preenchidos. A PF agora busca

identificar os responsáveis pela falsificação dos vistos e verificar se a empresa aérea possuía conhecimento das irregularidades documentais do grupo.

O impasse gerou tensão no terminal. A companhia aérea responsável pelo transporte, a Aviación Tecnológica S.A. (Aviatsa), responsável pelo voo, afirmou que todos os passageiros estavam devidamente identificados, com passaporte válido e que fariam pedido de refúgio ou proteção migratória no Brasil.

A empresa ainda contestou a ação e alegou que houve tratamento arbitrário, afirmando que os passageiros ficaram confinados por horas sem a devida assistência. Em contrapartida, a Polícia Federal negou qualquer violação de direitos humanos, assegurando que os estrangeiros foram tratados como vítimas da rede de imigração ilegal e que o suporte

básico, incluindo alimentação e acesso a sanitários, foi garantido em uma área isolada do terminal internacional.

O crime de contrabando de migrantes, tipificado no Código Penal com penas que variam de dois a cinco anos de prisão, ocorre quando há promoção da entrada ilegal de estrangeiros com objetivo de lucro.

Refúgio

Termina nesta segunda (16) o prazo que a Justiça Federal determinou para que a PF conclua a triagem inicial das solicitações de refúgio. A liminar foi expedida no sábado (14) atendendo a habeas corpus protocolado pela organização Advogados Sem Fronteiras. A polícia faz um mutirão para processar a entrada de 97 dos 118 migrantes no Brasil. Os pedidos são feitos individualmente via sistema Sisconare.



Aeronave veio do Haiti e chegou ao Brasil por Viracopos